

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA - CAEN
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA PARA JORNALISTAS

**COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS
CEARENSES NO MERCADO
INTERNACIONAL**

LUZIANIA XAVIER DE ALMEIDA BARROS

FORTALEZA-CE
SETEMBRO - 2000

**COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS CEARENSES
NO MERCADO INTERNACIONAL**

LUZIANIA XAVIER DE ALMEIDA BARROS

Monografia apresentada para obtenção do grau de Especialista no Curso de Economia para Jornalistas da Universidade Federal do Ceará – UFC.

ORIENTADOR: PROF. ANTONIO LISBOA TELES DA ROSA

FORTALEZA – CE

2000

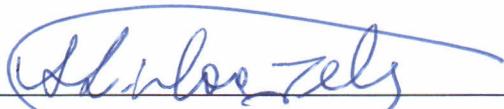
Esta monografia foi submetida à Coordenação do curso de Especialização em Economia para Jornalistas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca da referida Instituição.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.


Luziania Xavier de Almeida Barros

Monografia aprovada em 29/09/2000

Média: _____



Prof. Antonio Lisboa Teles da Rosa

Orientador

Nota: _____

Nota: _____

Nota: _____

Agradecimentos

A Deus, em primeiro lugar por ter me ajudado a concluir este trabalho, apesar de todas as dificuldades.

Ao Prof. Antonio Lisboa Teles da Rosa, pela paciência e orientação.

Aos meus pais, Raimundo e Trismar, especialmente à minha mãe que sempre ficou tomando conta do meu filho, Tom Victor, para que eu pudesse me dedicar aos estudos.

Aos meus irmãos, Kathleen pela ajuda nos meus momentos atribulados e Audizio pelas dicas.

Aos meus tios, José Randolfo e Liduína, pelo empréstimo do computador.

Ao Victor, bolsista do Curso de Graduação em Economia, pela ajuda nos cálculos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1	
1. BASE CONCEITUAL	06
2. DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO	08
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	08
3.1. Análise de Dados Secundários	08
3.1.1. Participação dos setores nas pautas de exportação cearense e nordestina	09
3.1.2. Índice de Crescimento do Valor das Exportações	09
3.1.3. Coeficiente de Especialização Relativa ao setor i (CSR x_i) no que se refere às exportações cearenses e nordestinas	10
4. APRESENTAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE COMPETITIVIDADE	10
5. FONTE DE INFORMAÇÕES	10
6. ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	11
CAPÍTULO 2	
1. ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	13
2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	21
2.1. Setor de Castanha de Caju	21
2.2. Setor Têxtil	23
2.3. Setor de Pescado	24

2.4. Setor de Calçados	26
SÍNTESE E PROPOSIÇÕES	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

INTRODUÇÃO

Desde a década de 50 o Brasil adotava um modelo de desenvolvimento baseado numa economia fechada e apoiada no modelo de substituição de importações que fazia várias restrições tarifárias e não tarifárias às importações e incentivava as exportações. Entre os desenvolvimentistas ligados ao setor privado nacional destacaram-se Roberto Simonsen, João Paulo de Almeida Magalhães e Nuno Figueiredo (BIELSHOWSKY, 1988), eles defendiam a substituição de importações, o protecionismo e a existência de crédito abundante e barato com apoio do Estado. O desenvolvimentismo do setor público nacionalista centrava-se nas idéias Cepalinas (substituição de importações, estruturalismo) e pregava a industrialização planejada com forte participação de empresas estatais.

Na década de 80 esse modelo começou a dar sinais de saturação e as políticas de desenvolvimento regional passaram a perder força. As idéias defendidas por Krueger eram de que uma maior exposição à concorrência externa permite a especialização e o surgimento de economias de escala. Essa interdependência constitui o chamado círculo virtuoso do desenvolvimento: uma economia voltada às exportações obriga-se a adotar um conjunto de políticas coerentes, continuamente revisadas, para dar ao país as condições de enfrentar a concorrência externa e manter suas exportações em crescimento.

Paralelamente, a formação de blocos econômicos, o esgotamento do modelo taylorista-fordista de produção e o advento de um novo paradigma tecnológico calcado na informação, na microeletrônica e na flexibilidade inter e intra empresa, acionam um processo irreversível de reestruturação da economia mundial, passando a tônica a ser a busca por uma maior competitividade internacional, com tendências à **“eliminação das barreiras tais como reservas de mercado, quotas, proibições, diminuição do nível médio das tarifas de importações, redução do grau de dispersão na estrutura tarifária e diminuição ou extinção de impostos sobre exportações”**.(ROSA, 1999, 12)

Afora um pequeno período de recuperação em meados dos anos 80, resultante inicialmente da expansão das exportações e de um excelente desempenho da agricultura e em seguida o fortalecimento do mercado interno proporcionado pelo Plano Cruzado, predominaram, na década de 80, o declínio do produto interno bruto e das taxas de investimento (FERRAZ, 1996). Ao iniciar-se a década de 90 a economia brasileira mantinha-se em um processo de explosão inflacionária tendendo para uma hiperinflação que até então era reprimida por planos de estabilização cada vez menos eficazes. O comportamento instável dos preços aliado às distorções na condução da economia introduzidas pela sucessão de experimentos mal sucedidos no controle da inflação afetaram negativamente os determinantes macroeconômicos da competitividade.

No Governo do Presidente Fernando Collor de Mello, que várias vezes afirmou que os carros nacionais eram verdadeiras “carroças”, começou o processo de abertura irrestrita às importações com o objetivo de através do choque de concorrência externa incentivar a busca de melhorias tecnológicas por parte das indústrias brasileiras. Porém, a abertura econômica e comercial pegou desprevenido o Parque Industrial Brasileiro que vinha de anos de protecionismo à Indústria Nacional, além de terem vivido anos de instabilidade que favorecia o repasse de custos para os consumidores e gerava desinteresse pela busca de maior eficiência na produção.

Para os consumidores brasileiros, o acesso a produtos importados mais baratos trouxe melhorias na hora de escolher o melhor produto pelo preço que ele podia pagar, educando-o também a ser um consumidor mais exigente. Para as indústrias que preocupavam-se até então apenas com a concorrência interna foi um choque, expondo a todas a um alto grau de competitividade e eficiência em relação às economias concorrentes. De acordo com essa nova realidade, a Indústria nacional teve que rever os seus processos a fim de concorrer nesse novo mercado global, reduzindo custos para ter condições de competir em preço e melhorando a qualidade dos seus produtos para agradar ao consumidor interno agora mais exigente e para concorrer no mercado internacional. Para introduzir melhorias em seus produtos as indústrias passaram a importar mais insumos e equipamentos, isso causou um salto nas importações que no período de 1980-90 decresciam a uma taxa média anual de 1,05% e no período 90-96 passou a crescer a 17,10% ao ano (ROSA, 1999).

Em 1994 o Governo Brasileiro lançou o Plano Real baseado numa política de estabilização financeira que de início teve sucesso no combate à inflação e tinha como suporte a âncora cambial que mantinha o câmbio sobrevalorizado. A sobrevalorização do câmbio provocou desestímulo às exportações e exigiu também a manutenção de elevados juros reais que além de aumentar o desequilíbrio fiscal das contas do governo, reduziu o crescimento econômico por conta da dificuldade de acesso ao crédito (DELFIN NETTO, revista Carta Capital, set/98). Tarifas alfandegárias e impostos foram também um entrave à competitividade dos produtos brasileiros prejudicando o crescimento das exportações.

Nesse contexto podemos destacar inclusive as crises que abalaram alguns países e causaram impacto no Brasil. A eclosão da crise mexicana, em fins de 1994, deixou clara a fragilidade de propostas de ajustamento baseadas na entrada de capitais especulativos e acentuada abertura comercial. Após a crise asiática, aconteceu a fuga de capitais para mercados mais seguros como os Estados Unidos, deixando o país com menos divisas e com menos possibilidades de sustentar o déficit comercial, além disso os países asiáticos eram grandes importadores de produtos brasileiros e isso atingiu duramente as exportações brasileiras em 1998. Quanto à abertura comercial, alguns setores tiveram suas tarifas revistas, especialmente aqueles que as indústrias brasileiras eram mais sensíveis à concorrência.

As mudanças no câmbio ocorreram a partir da crise cambial de 1999 quando o Banco Central alterou a política cambial e deixou o câmbio flutuar. O Real se desvalorizou e como consequência os preços dos produtos brasileiros exportados diminuíram com uma tendência ao incremento das exportações. Até o período em que foi feita a desvalorização do Real o cenário macroeconômico para as exportações era profundamente pessimista, o país busca ainda a consolidação da estabilidade através da implementação de reformas estruturais necessárias (administrativa, previdenciária e tributária). No âmbito das empresas as reformas passam pela modernização do Parque Industrial, investimento em P& D, capacitação em Recursos Humanos e melhoria na eficiência com o objetivo de se inserir no quadro de uma economia globalizada, trata-se assim de tornar os produtos brasileiros cada vez mais competitivos à concorrência provocada pelo processo de abertura comercial.

Cabe então ao Governo viabilizar através de seus instrumentos como o Regime de Incentivos e Regulação da Concorrência, aspectos macroeconômicos, político- institucionais, legais-regulatórios, infra-estruturais, sociais e internacionais formas de garantir maior

competitividade daqueles produtos ou setores que já respondem espontaneamente à intensificação da concorrência como também daqueles que podem tornar-se competitivos se apoiados por medidas específicas. No tocante às características estruturais e institucionais que determinam a competitividade sistêmica das indústrias brasileiras, os obstáculos a serem superados são freqüentemente de âmbito nacional e comuns a todo o país, mas no Nordeste assumem dimensões próprias.

A Região Nordeste é proporcionalmente mais exportadora que o Brasil, de acordo com o indicador PSBC (Participação no Saldo da Balança Comercial), a média do período 1980-96 do Brasil foi de 17,09% e do Nordeste foi de 33,57% (ROSA, 1999), mesmo assim sempre teve sua pauta de exportações pouco diversificada, concentrando-se em poucos produtos que se encontram na fase inicial da cadeia produtiva, isto é, tem baixo valor agregado. Outro fator é a distância técnico-científica que separa o Nordeste do Sudeste, assim como de outros países. É importante salientar o quanto tem crescido as importações de bens de produção, isto sinaliza para a melhoria do padrão tecnológico dos produtos exportados pela região.

Cada Estado do Nordeste tem procurado explorar suas vantagens sejam elas comparativas (voltadas para os setores em que existe maior abundância de recursos naturais ou mão-de-obra) ou competitivas (influenciadas pela capacitação tecnológica, fatores institucionais, infra-estrutura, etc.) a fim de elevar seu poder competitivo e de mudar o perfil de ser uma região com indústria concentrada nos grupos tradicionais e intermediários, procurando assim expandir-se para a produção de bens duráveis e de capital com maior intensidade tecnológica e por conseqüência adicionam mais valor.

Esse movimento de incremento da competitividade da indústria nordestina tem crescido não apenas como condição essencial para uma maior participação no mercado externo, mas também como condição para sua expansão, ou mesmo permanência em um mercado interno mais exposto à concorrência externa. Os esforços nesse sentido dependem de iniciativas no âmbito das empresas que assegurem aumento de produtividade, redução de custos e melhoria da qualidade dos produtos. Contudo, a sua eficácia está condicionada também a obstáculos e deficiências de natureza estruturais e institucionais que afetam a negativamente o desempenho do setor produtivo.

O Nordeste, com ênfase no Estado do Ceará, tem sofrido influências e limitações à competitividade dos seus produtos na última década e o presente trabalho buscará identificar os setores mais competitivos, sob a ótica do desempenho desses produtos no mercado internacional, onde serão apontados os principais parceiros internacionais e as tendências e vocações à especialização do Estado do Ceará a fim de explorar com mais consistência os setores que deverão ser considerados prioritários.

CAPÍTULO 1

1. BASE CONCEITUAL

Sobre o tema competitividade existem diversas abordagens, mas o que podemos considerar comum a todos é que a competitividade é um processo dinâmico determinado por vários fatores internos e externos às empresas, setores, regiões ou país. Ao analisarmos a competitividade procuramos identificar situações adversas que influenciam o desempenho competitivo atual, onde o foco de interesse é identificar os entraves para eliminá-los garantindo assim mais condições de competitividade no futuro próximo. Dessa forma, analisaremos a competitividade neste trabalho como “**a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais que lhe permitam ampliar ou conservar de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado**” (FERRAZ, 1996,3)

Segundo FERRAZ (1996), podemos analisar a competitividade tendo como base três dimensões:

- 1.1) **Empresarial:** são os fatores internos às empresas, aqueles que estão sob a sua própria esfera de decisão, é através da tomada de decisões estratégicas que as empresas se diferenciam umas das outras. Podemos considerar aqui os recursos acumulados pela empresa e sua capacidade de ampliá-los através da eficácia da gestão, da capacitação tecnológica e produtiva e da produtividade dos Recursos Humanos.
- 1.2) **Estrutural:** são aqueles em que a capacidade de intervenção da empresa é limitada, mas estão parcialmente sob sua área de influência e caracterizam o ambiente competitivo no qual as empresas se enfrentam. Relacionam-se a comportamento do mercado (tamanho, grau de exigências em termos de qualidade); à configuração da indústria (tendência do progresso tecnológico,

esforço em P&D, relacionamento com fornecedores e clientes) e ao regime de incentivos e regulação da concorrência (barreiras tarifárias e não-tarifárias, estrutura de incentivos e tributos, grau de exposição ao comércio internacional).

- 1.3) **Sistêmica:** são os fatores que constituem externalidades para a empresa sobre os quais há escasso ou nenhum poder decisório, ressaltando-se condições de organização empresarial (características e perfil dos grupos econômicos, forma de relação entre bancos e indústria, funcionalidade e produtividade do sistema financeiro, existência de redes de cooperação entre grandes, médias e pequenas empresas); determinantes macroeconômicos (taxa de crescimento do produto interno, inflação, câmbio, juros, salários); determinantes de natureza político-institucionais (política tributária, tarifária etc.); condições sociais (educação, qualificação da força de trabalho, natureza das relações de trabalho); condições de infra-estrutura (física, científica, tecnológica); condições de inserção no mercado internacional (relações com organismos multilaterais, acordos internacionais etc.).

Cada uma das dimensões acima pode ser vista sob as seguintes óticas:

- a) **Desempenho:** reflete as condições de uma empresa, setor ou sistema participarem do mercado em um dado tempo, sob a ótica da competitividade internacional, considera-se que o desempenho das exportações da empresa ou setor indica como está sua participação no mercado externo.
- b) **Eficiência:** reflete a capacidade de uma empresa, setor ou sistema produzir bens e serviços a preços e custos compatíveis com os praticados no comércio internacional. Dessa forma são relacionados indicadores que levam em conta a remuneração dos fatores e a produtividade refletindo a situação tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos.

- c) **Capacitação:** são fatores diretamente ligados à acumulação de experiências ou habilidades adquiridas ao longo do tempo, é a capacidade de adaptar-se a situações novas ou adversas por conta de ter escolhido a melhor tecnologia, ter melhorado a qualidade do seu produto, aumentado a produtividade, a capacidade de entrega em prazos mais curtos, melhorado a qualificação dos recursos humanos, da estrutura física, a capacidade de adaptar-se a políticas macroeconômicas, etc.

2. DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

No caso particular deste estudo a ênfase será dada ao estudo dos setores ou produtos mais competitivos sob a ótica do desempenho desses produtos no Mercado Internacional e para chegar a esse resultado será utilizado um conjunto de indicadores que são frequentemente utilizados para avaliar a participação absoluta ou relativa de uma empresa ou setor no comércio internacional. Após identificados os principais setores, serão colhidas informações e opiniões junto a entidades ou pessoas representativas de cada setor a fim de descobrir o que tem dificultado, na visão de cada um, a obtenção de resultados ainda melhores do que os já registrados. O objetivo final então será fornecer diretrizes para o desenvolvimento de políticas específicas de fortalecimento dos produtos cearenses que tem se mostrado mais competitivos no mercado internacional.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Análise de Dados Secundários

Com o objetivo de fazer a seleção dos setores mais competitivos utilizaremos alguns indicadores de comércio exterior, em particular, aqueles mais relacionados à

exportação de produtos produzidos no Ceará no período caracterizado pela abertura comercial, ou seja, os anos de 1991 a 1999. Os indicadores escolhidos são: participação do setor na pauta de exportações cearense e nordestina; participação das exportações no total das exportações cearense e nordestina do setor; índices de crescimento do valor das exportações e coeficiente de especialização relativa das exportações.

A seleção de setores através da utilização de diversos indicadores de desempenho deve-se ao fato de que nenhum deles isoladamente é capaz de fornecer um resultado definitivo.

3.1.1. Participação dos setores nas pautas de exportação cearense e nordestina

$$DS_{xicet} = \frac{X_{icet}}{X . cet}$$

$$Dsxinet = \frac{X_{inet}}{X . net}$$

Onde: X_{icet} = Exportações cearenses do setor i no período t

X_{inet} = Exportações nordestinas do setor i no período t

$X . cet$ = Total das Exportações Cearenses no período t

$X . net$ = Total das Exportações Nordestinas no período t

O primeiro indicador (DS_{xicet}) mede a importância do setor (ou participação percentual) para as exportações totais cearenses e sua evolução no tempo. O segundo indicador ($Dsxinet$) mede a importância do setor (ou participação percentual) para as exportações totais nordestinas e sua evolução no tempo. Assim poderemos fazer comparações entre a estrutura das exportações cearenses e nordestinas.

3.1.2. Índice de Crescimento do Valor das Exportações

Mostram a evolução das exportações em dólar corrente e são importantes para evidenciar o comportamento ao longo do período.

3.1.3. Coeficiente de Especialização Relativa do setor i (CSR xi) no que se refere às exportações cearenses e nordestinas.

$$CSR_{xicet} = \frac{\frac{X_{icet}}{X_{net}}}{\frac{X_{icet}}{X_{net}}}$$

A relação do peso das exportações do setor nas exportações totais do Ceará relativo ao peso do mesmo setor nas exportações totais do Nordeste caso CSR_x seja maior que 1, significa que o Ceará está relativamente mais especializado nas exportações do setor i do que o Nordeste como um todo, apresentando portanto, uma vantagem comparativa, ocorrendo o contrário quando CSR_x < 1.

4. APRESENTAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE COMPETITIVIDADE

Para iniciarmos nossa análise primeiramente selecionaremos os 05 principais setores através do indicador de distribuição setorial das exportações da região (participação do setor no total das exportações cearenses) no período 91-99 e sua ordenação(ranking) pelo grau de importância em cada ano. Em seguida procede-se a análise dos demais indicadores com o fim de referendar ou negar a importância dos setores selecionados inicialmente.

5. FONTE DE INFORMAÇÕES

Para o cálculo dos indicadores de desempenho foram colhidas informações estatísticas junto ao Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo (MICT), Secretaria do Comércio Exterior.

Para colher informações entre os representantes dos principais setores selecionados responsáveis pela maior parte das exportações do Estado, o procedimento será fazer uma entrevista, cujo roteiro de perguntas terá como objetivo conhecer através daqueles que estão diretamente ligados ao setor produtivo o que falta, na opinião deles, para alavancar ainda mais as exportações dos setores com maior representatividade da nossa pauta de exportações.

6. ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- 1) Como o(a) Sr(a) avalia as políticas industriais brasileiras na atualidade?
- 2) Para aumentar a capacidade competitiva do setor em que o Sr(a) atua no mercado internacional, em que deveria concentrar-se a política industrial do governo?
- 3) Quais as principais ameaças à competitividade das empresas do setor em que o (a) Sr(a) atua?
- 4) Na sua opinião, quais as principais vantagens e desvantagens locais relevantes para decisões de investimentos no setor em que o(a) Sr(a) atua?
- 5) Como o(a) Sr(a) avalia a relação das empresas do setor em que o(a) Sr(a) atua com os seus fornecedores e clientes?
- 6) Quais os principais pontos favoráveis e desfavoráveis relativos às linhas de crédito e de financiamento para as empresas do setor em que o(a) Sr(a) atua?

- 7) Como o(a) Sr(a) avalia as dificuldades e facilidades de acesso a informações, financiamento e desenvolvimento de projetos de melhoria tecnológica para as empresas do setor em que o(a) Sr(a) atua?
- 8) Como o(a) Sr(a) avalia o sistema de transportes regional?
- 9) Qual o transporte mais utilizado na movimentação das exportações do setor em que o(a) Sr(a) atua e porquê?
- 10) O(a) Sr(a) considera satisfatório o sistema educacional e de treinamento de mão-de-obra na Região?
- 11) Como o(a) Sr(a) avalia os principais fatores favoráveis e desfavoráveis e a tendência do setor em que o(a) Sr(a) atua, no que se refere à participação no mercado nacional e internacional?
- 12) Que sugestões o(a) Sr(a) apresenta para a consolidação e/ou ampliação da participação do setor em que o(a) Sr(a) atua no mercado nacional e internacional?

CAPÍTULO 2

1. ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Após a conclusão dos cálculos dos indicadores de desempenho que mostra a Participação dos cinco principais setores exportados pelo Ceará podemos observar que em 1991 o setor “frutos comestíveis, casca de frutas” que podemos definir como sendo especificamente a amêndoa da castanha de caju, era responsável por 34% das exportações do Estado, em 1992 já aumentou para 41%, em 1993 houve uma queda para 37%, em 1994 caiu ainda mais, ficando com 27%, em 1995 voltou aos 37%, em 1996 beirou os 40%. Em 1997, a amêndoa continuava em primeiro lugar no ranking de exportações no Ceará, mas sua participação já baixou para 39%, em 1998 foi de 34%, e em 1999 foi de 31%. Essa queda mais acentuada em 1998 e 1999 aconteceu devido a uma baixa produtividade do setor por conta dos anos de 97 e 98 terem sido anos de seca com um rendimento por hectare de apenas 109 kg/ha e 42 kg/ha respectivamente. Mas no ano de 1999 já houve recuperação do setor com a produtividade chegando a 240 kg/há e já agora no ano de 2.000 a produtividade alcançou 280 kg/ha.

O setor têxtil em 1991 estava em terceiro lugar na pauta de exportações do Estado com apenas 11%, em 1992 caiu ainda mais, foi para 9,5%, em 1993 teve uma pequena recuperação chegando a 12,6%, em 1994 pulou para 14,3% mas continuava na terceira posição, em 1995 o setor já atingiu a marca de 17% e ultrapassou o setor de pesca ficando em segundo lugar na pauta de exportações do Estado. Em 1996 o setor manteve-se como o segundo produto mais exportado pelo Ceará respondendo por 16% da pauta, em 1997 estava com 14%, em 1998 voltava a ter os mesmos 16% e em 1999 fechou com 15%, perdendo a posição de segundo colocado nas exportações nesses dois anos para o setor de calçados. O setor ainda tenta se recuperar do baque da abertura do país às importações e do período em que o Real permaneceu sobrevalorizado, período em que o produto ficou muito caro para o importador que preferiu comprar de outros fornecedores com preços mais acessíveis como a

China, porém há sinais de rápida recuperação do setor têxtil, especialmente após a desvalorização do Real. Da cota estabelecida pelos Estados Unidos para o Brasil para importação de camisas de malha o Brasil só utilizou 4,2% em 1997; 5,7% em 1998, em 1999 já chegou a 15,1% e até 29 de agosto de 2.000 já atingiu 46% da cota.

O setor de “peixes, crustáceos e moluscos” com maior representatividade para a Lagosta, pois o camarão ainda é pouco explorado no Ceará, era o segundo produto mais exportado pelo Ceará no ano de 1991 representando 20% da pauta de exportações do Estado, em 1992 já caiu para 14,8%, mas manteve-se na segunda posição, em 1993 chegou a 17%, mas em 1994 caiu novamente para 15%, em 1995 ficou com 16%, mas perdeu para o setor têxtil, ficando na terceira posição, em 1996 estava com 11% e continuava como o terceiro no ranking das exportações cearenses, em 1997 manteve o mesmo índice, em 1998 caiu para a quinta posição com 7,2%, perdendo por pouco para o setor de cera de carnaúba que registrou um índice de 7,9% nesse ano e em 1999 o setor de pescado teve uma reação, chegando a 9% das exportações, mas mesmo reagindo ficou na quarta posição em 99 por conta do grande crescimento do setor de calçados. Segundo informações colhidas com representantes do setor, pouca incidência de chuvas também influencia na quantidade de lagosta no mar, pois quando chove bastante os rios correm para o mar levando mais material orgânico e alimento, isto é, onde tem mais alimento, mais possibilidades de desenvolvimento para as espécies e como já vimos nos anos de 1997 e 1998 houve seca no Ceará e esse foi um dos motivos da queda na produção, porém em 1999 e 2.000 houve boa quantidade de chuvas no Ceará e o setor espera para o ano de 2.001 uma boa produção, pois o reflexo de um bom ano de chuvas só é sentido no ano seguinte. Outro motivo que pode-se destacar é a pesca predatória da lagosta que ao exterminar a lagosta miúda diminui a possibilidade de proliferação da espécie.

A Cera de Carnaúba estava no ano de 1991 na quinta posição na pauta de exportações do Estado com 8%, em 1992 caiu para 6,7%, em 1993 ficou com 6%, pulando para a quarta posição porque o setor de algodão que em 1991 era o quarto, em 1992 era o terceiro, em 1993 chegava a quinta posição com apenas 4,8% da pauta. Em 1994 ficou com 5,9% e manteve-se na quarta posição, como também no ano de 1995 apesar de conseguir chegar à 11% da pauta, mas o desempenho dos outros produtos foi melhor ainda. Em 1996 continuou na quarta posição com 10% das exportações do Estado, em 1997 caiu para 9% e ficou em quinto lugar, em 1998 ficou em quarto lugar, mesmo estando com apenas 7,9% por

causa da queda do setor de pescado e em 1999 caiu ainda mais chegando a 5% das exportações cearenses.

O setor de calçados é o mais interessante, porque ele nem sequer estava entre os cinco produtos mais exportados pelo Ceará entre os anos de 1991 e 1995, era o sexto produto mais exportado em 1996 com apenas 2%, chegou a 10% em 1997 já passando o setor de cera de carnaúba, em 1998 atingiu a marca de 18% tornando-se o segundo produto mais exportado pelo Ceará e manteve a segunda posição em 1999 ainda com um incremento no índice, chegando a 19%. O setor de calçados no Estado do Ceará sempre se caracterizou pelas pequenas fábricas, geralmente com estrutura pequena, poucos funcionários, quase familiar e com pouca estrutura exportadora. Após o programa de incentivos do Governo do Estado de atração de grandes indústrias para o Ceará em troca de incentivos fiscais instalaram-se aqui grandes indústrias do setor de calçados que já vinham com o objetivo de através dos incentivos fiscais ter melhores condições de produzir para a exportação e foi o que aconteceu.

O algodão que não está atualmente entre os cinco principais setores exportados pelo Ceará, no ano de 1991 era o quarto produto da pauta cearense de exportações com 9,8%, em 1992 ficou em terceiro lugar com 11,6%, em 1993 estava em quinto com apenas 4,8%, em 1994 continuava na quinta posição com 3,4%, em 1995; 2,3% e já em 1996 ele não está mais entre os cinco principais produtos, isso evidencia uma clara perda de produtividade competitividade. As indústrias têxteis cearenses, grandes consumidoras de algodão em pluma, tiveram que passar a importar praticamente todo o algodão de que precisavam para abastecer as suas indústrias.

SETORES	TAXA CRESCIMENTO (99/91)
Castanha	25,0%
Pescado	-33,6%
Têxtil	88,0%
Algodão	-
Cera	-10,0%
Calçados	1548,7%

FONTE: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo (MICT)
Secretaria do Comércio Exterior
(Observação própria)

O índice de crescimento do valor das exportações foi calculado no ano de 1999, tendo como ano base o ano de 1991. O setor de Castanha teve um incremento de 25%, o setor de Pescado teve uma queda 33,6% , da mesma forma que o setor de Cera de Carnaúba que também teve uma queda, sendo que de 10%. O setor têxtil teve um grande incremento, chegando a 88% e o setor de calçados foi o que teve o maior índice com um crescimento de 1.548,7%.

Vamos agora analisar os cinco setores com base no Coeficiente de Especialização Relativa de cada setor (CSR_{xi}) que sendo maior que 1 ($CSR_{xi} > 1$) significa que o Ceará está relativamente mais especializado nas exportações daquele setor i do que o Nordeste como um todo, apresentando portanto uma vantagem comparativa, quando acontecer de ser menor que 1 é porque não está havendo vantagem comparativa em relação à outros estados do Nordeste.

No ano de 1991 como podemos ver na TABELA 1, todos os produtos tem Coeficiente de Especialização Relativa maior que 1 , como também em 1992, 1993, 1994 e 1995 (como podemos ver nas tabelas 2, 3, 4 e 5). Em 1997, todos os setores ficaram com coeficientes maiores que 1, da mesma forma em 1998 e 1999. Não há informações disponíveis sobre o setor de calçados na pauta de exportações nordestina, porque o setor não está entre os produtos mais exportados por outros estados do Nordeste, por esse motivo não foram disponibilizados dados para o cálculo dos indicadores do setor em relação ao Nordeste.

Em relação à concentração da pauta de exportações o Ceará tem se mantido na mesma proporção, em 1991 os cinco principais setores eram responsáveis por 83,4% da pauta de exportações do Estado, em 1992 foi de 84,5% , em 1993; 78,8%, em 1994 teve uma pequena queda ficando com 67,1%, em 1995 os cinco principais setores voltaram a representar 84,2% da pauta de exportações, em 1996 foi de 80,7%, em 1997 aumentou para 85%, em 1998 ficou em 84,8% e em 1999 foi de 80,7%.

TABELA 1.

1991	Setcetot/totcetot	Setcetot/totnetot	Setnetot/totnetot	CSR
Castanha	34,2%	69,7%	4,7%	7,36
Pescado	20,0%	67,8%	2,8%	7,16
Têxtil	11,0%	36,0%	2,9%	3,81
Algodão	9,8%	72,0%	1,3%	7,61
Cera	8,3%	39,1%	2,0%	4,13

TOTAL **83,4%** **13,6%**

FONTE: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo (MICT)
Secretaria do Comércio Exterior
(Elaboração própria)

TABELA 2.

1992	Setcetot/totcetot	Setcetot/totnetot	Setnetot/totnetot	CSR
Castanha	41,8%	72,7%	5,7%	7,27
Pescado	14,8%	64,4%	2,3%	6,44
Algodão	11,6%	75,2%	1,5%	7,52
Têxtil	9,5%	57,8%	1,7%	5,78
Cera	6,7%	37,0%	1,8%	3,69

TOTAL **84,5%** **13,1%**

FONTE: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo (MICT)
Secretaria do Comércio Exterior
(Elaboração própria)

TABELA 3.

1993	Setcetot/totcetot	Setcetot/totnetot	Setnetot/totnetot	CSR
Castanha	37,7%	58,3%	0,6%	63,88
Pescado	17,6%	69,5%	0,2%	76,18
Têxtil	12,6%	67,8%	0,2%	74,33
Cera	6,1%	36,0%	0,2%	39,44
Algodão	4,8%	56,5%	0,1%	61,92
TOTAL	78,8%		1,2%	

FONTE: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo (MICT)
Secretaria do Comércio Exterior
(Elaboração própria)

TABELA 4

1994	Setcetot/totcetot	Setcetot/totnetot	Setnetot/totnetot	CSR
Castanha	27,8%	56,0%	4,8%	5,85
Pescado	15,6%	71,6%	2,1%	7,49
Têxtil	14,3%	71,9%	1,9%	7,52
Cera	5,9%	35,9%	0,5%	12,48
Algodão	3,4%	67,9%	1,6%	2,13
TOTAL	67,1%		10,8%	

FONTE: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo (MICT)
Secretaria do Comércio Exterior
(Elaboração própria)

TABELA 5.

1995	Setcetot/totcetot	Setcetot/totnetot	Setnetot/totnetot	CSR
Castanha	37,0%	67,4%	4,6%	8,11
Têxtil	17,7%	77,3%	1,9%	9,29
Pescado	16,0%	69,9%	1,9%	8,44
Cera	11,2%	41,4%	0,3%	43,95
Algodão	2,3%	76,5%	2,2%	1,04

TOTAL **84,2%** **10,9%**

FONTE: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo (MICT)
Secretaria do Comércio Exterior
(Elaboração própria)

TABELA 6.

1996	Setcetot/totcetot	Setcetot/totnetot	Setnetot/totnetot	CSR
Castanha	39,9%	67,1%	5,9%	0,59
Têxtil	16,4%	73,8%	2,2%	0,22
Lagosta	11,8%	69,3%	1,7%	0,17
Cera	10,0%	47,3%	2,3%	0,21
Peles	2,6%	11,2%	0,3%	0,23

TOTAL **80,7%** **12,4%**

FONTE: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo (MICT)
Secretaria do Comércio Exterior
(Elaboração própria)

TABELA 7.

1997	Setcetot/totcetot	Setcetot/totnetot	Setnetot/totnetot	CSR
Castanha	39,3%	88,4%	4,0%	9,92
Têxtil	14,8%	88,7%	1,0%	14,10
Lagosta	11,5%	80,6%	1,2%	9,74
Calçados	10,0%	-	-	-
Cera	9,4%	57,8%	1,4%	6,49
TOTAL	85,0%		7,6%	

FONTE: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo (MICT)
Secretaria do Comércio Exterior
(Elaboração própria)

TABELA 8.

1998	Setcetot/totcetot	Setcetot/totnetot	Setnetot/totnetot	CSR
Castanha	34,9%	87,0%	3,6%	9,70
Calçados	18,5%	-	-	-
Têxtil	16,3%	95,0%	1,1%	14,27
Cera	7,9%	63,1%	1,1%	7,03
Lagosta	7,2%	55,9%	1,1%	6,89
TOTAL	84,8%		6,9%	

FONTE: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo (MICT)
Secretaria do Comércio Exterior
(Elaboração própria)

TABELA 9.

1999	Setcetot/totcetot	Setcetot/totnetot	Setnetot/totnetot	CSR
Castanha	31,2%	81,5%	3,6%	8,69
Calçados	19,3%	-	-	-
Têxtil	15,1%	-	0,7%	20,26
Lagosta	9,7%	74,0%	1,0%	9,56
Cera	5,4%	55,7%	0,9%	5,94

TOTAL**80,7%****6,3%**

FONTE: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo (MICT)
Secretaria do Comércio Exterior
(Elaboração própria)

2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A Política Industrial Brasileira até o início do Governo Collor era de protecionismo à Indústria Nacional com a política de reserva de mercado, essa realidade não era geradora de competitividade porque não havia concorrência. Quando aconteceu a abertura aos produtos importados com tarifas baixas alguns setores sentiram com mais força o peso da abertura comercial, como por exemplo os setores têxtil, de brinquedos e siderurgia.

2.1. Setor de Castanha de Caju

No Ceará, a castanha de caju, produto mais importante da pauta de exportações do Estado, não teve muita influência por conta dessa atitude do Governo Federal. O setor sentiu nos últimos anos um impacto muito maior devido a falta de matéria-prima e investimentos em tecnologia, além disso os principais competidores cearenses são países menos desenvolvidos que o Brasil que tem custo social muito baixo, salários irrisórios e assim tem baixo custo de produção. A Índia é o maior beneficiador de castanha de caju do mundo, porém não é

interessante para eles o investimento em tecnologia, pois no país é grande o desemprego e o investimento em tecnologia tiraria muitos trabalhadores das indústrias, a Índia até mesmo importa castanha “*in natura*” da África para fazer o beneficiamento, são cerca de duas mil indústrias do país que produzem quinhentas mil toneladas do produto.

Só para se ter uma idéia, o Ceará produz apenas 100 mil toneladas, por conta disso existem 10 indústrias de beneficiamento no Estado paradas pois não existe produção para suprir a quantidade necessária para que todas estejam em pleno funcionamento. De acordo com o presidente do Sindicato da Indústria de Caju, João Hudson, existem atualmente 16 indústrias em atividade, 12 no Ceará, 3 no Rio Grande do Norte e uma no Piauí que geram de 10 a 12 mil empregos diretos, se todas as fábricas estivessem funcionando, estariam gerando em torno de 20 mil empregos diretos. Nas fábricas de beneficiamento de castanha no Ceará 85% dos trabalhadores são mulheres.

Para aumentar a produção de matéria prima, ou seja, para aumentar a produção do caju foi implantado este ano um programa de recuperação da cajucultura no Nordeste com recursos do BNDES de 200 milhões de reais para serem investidos durante quatro anos no agronegócio do caju, especificamente para a substituição de copas dos cajueiros, implantação de áreas novas de sequeiro e áreas novas de irrigação. Esse investimento era necessário porque os cajueiros estavam muito velhos, na época em que foram plantados não havia tecnologia e foram plantados de qualquer jeito, no espaçamento errado sem tratamentos culturais necessários e por isso havia baixa produtividade, além dos períodos de seca.

A Indústria também teve acesso às linhas de crédito, especialmente para o acesso à tecnologia com o Programa de Importação de Equipamentos que vai até 2.003, o financiamento tem o limite máximo de 40 mil reais. Segundo Hudson, uma de suas fábricas na cidade de Uruburetama que antes produzia 100 caixas/dia de castanha tendo 1.050 empregados, a mesma fábrica após a chegada dos novos equipamentos hoje tem 300 empregados e produz 80 caixas/dia e a perspectiva é de que daqui a dois ou três anos 250 empregados estejam produzindo 200 caixas/dia.

A produção de castanha do Ceará é essencialmente para exportação, isto é, 85% da castanha se destina à exportação e desse percentual 80% vão para os Estados Unidos, maior importador da castanha do Ceará. A indústria defende além do empenho no desenvolvimento

da cajucultura também na criação de mercados, para aumentar o consumo da castanha o presidente do Sindicaju disse que já foi feita uma campanha de marketing há cinco anos, durante seis meses mas os custos foram muito altos e hoje torna-se inviável. A segunda idéia seria fazer uma reunião de negociação para trazer ao Nordeste os maiores comerciantes e importadores de castanha de caju do mundo, segundo ele, já foi elaborado um programa para uma rodada de negócios que vai reunir 870 pessoas dos Estado Unidos e Europa.

Quanto ao sistema de transportes, este ano surgiram alguns problemas porque havia um acordo chamado Conferência Interamericana de Fretes que foi desfeito, este acordo reunia nove armadores que tem rotas para o leste dos Estados Unidos com navios semanais a preços razoáveis, o valor era de US\$ 1.600,00 um container de 20 pés. Com o fim do acordo o preço aumentou US\$ 500,00 por container. A Índia, nosso principal concorrente é duas vezes mais distante e o preço do container é atualmente US\$ 1.850.

2.2. Setor Têxtil

O setor Têxtil que teve que se reestruturar totalmente após a abertura comercial brasileira, tendo que passar por modernização de gerência e várias outras transformações. Na opinião do Vice-presidente do Sindicato da Indústria Têxtil, Paulo Roberto Otoch Baquit, a nível federal não existe qualquer política industrial de incentivos para o setor, mas ele considera que os incentivos a nível estadual privilegiam o setor têxtil em toda a sua cadeia produtiva.

Em matéria de preço, o algodão tem um preço equivalente em qualquer parte do mundo, não há grandes variações de preço, o que muda na verdade é a qualidade da safra que varia por motivos diferentes como clima, forma de armazenamento e transporte que vai influenciar diretamente na aparência final do produto, ainda segundo ele, o Ceará jamais será um grande produtor de algodão pela baixa qualidade do algodão produzido aqui no Ceará. Para ele a indústria pode comprar a matéria-prima em qualquer lugar que não vai ter influência no desenvolvimento da indústria têxtil.

O Brasil é o terceiro maior produtor de índigo do mundo com 131 milhões de peças produzidas em 1999 e o Ceará tem grandes fábricas que estão em franca expansão e que utilizam tecnologia de ponta, por conta disso o Estado já está conseguindo se destacar na exportação de índigo, além da exportação de fios e tecidos. A exportação de fios é em sua maioria para países do Mercado Comum Europeu e as de tecidos para a Argentina por conta das vantagens do Mercosul, pois mesmo encontrando preços mais acessíveis como não há imposto, o preço dos países membros sempre vai ser mais vantajoso, mas na opinião dele um setor que promete é o de confecções.

Quanto à tecnologia, o setor está com o parque renovado, as fábricas mais antigas tem dez anos, as linhas de crédito disponíveis para o setor são muito utilizadas na compra de equipamentos e matéria prima. O treinamento da mão-de-obra é feito nas próprias empresas e a logística de transportes para o setor também é boa de acordo com Paulo Roberto Baquit, na opinião dele, não há hoje em dia, nenhuma ameaça à competitividade do setor Têxtil, mas o que pode alavancar ainda mais as exportações seriam acordos bi-nacionais de redução de tarifas e aumento de cotas, além da diminuição de taxas. Para ele o câmbio atual está deixando o produto a um preço justo para o importador e isso já é um bom indicio de que as exportações só tendem a aumentar.

2.3. Setor de Pescado

Nos últimos cinco anos o setor de pescado vem perdendo competitividade de acordo com a Presidente do Sindicato de Frio e Pesca, Elisa Gradhvol. Ainda segundo ela, as empresas se endividaram muito e por esse motivo houve uma deterioração do patrimônio das empresas do setor pesqueiro. Os maiores competidores na exportação de lagosta são Cuba, Países do Caribe, Honduras entre outros, mas Cuba é realmente o maior produtor e o nosso maior exportador são os Estados Unidos e por causa do embargo econômico à Cuba, os Estados Unidos não compra nenhum produto deste país, porém no dia que esse embargo acabar, teremos sérios problemas, pois além da pesca da lagosta em Cuba ser mais desenvolvida, é bem mais próximo dos Estados Unidos.

Um fator que chamou a minha atenção na entrevista com a D.Elisa foi a informação de que a pesca da lagosta hoje é feita da mesma maneira como se fazia há trinta anos atrás. Não houve qualquer avanço em tecnologia e treinamento de mão-de-obra, o curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Ceará não forma profissionais para trabalhar no mar, não há nem mesmo estágio curricular para pesca no mar. Segundo a Presidente do Sindicato de Frio e Pesca a Universidade proporciona apenas uma formação muito teórica, científica, sem preparar para a realidade.

Com os pescadores, esse treinamento tem que começar com os jovens para que em dez anos eles estejam dando o retorno do investimento, Para D.Elisa Gradhvol não adianta treinar um velho pescador porque ele já vai estar em fim de carreira e também não é muito aberto às novas técnicas porque ele acha que já faz daquele jeito há anos e essa é a maneira certa. Ela já tentou treinar os pescadores que trabalhavam nos seus barcos, tinha um deles que era especializado na conservação da Lagosta inteira, pois para que ela venha inteira do mar existem formas de conservação específica para que um líquido que ela possui não escorra e deixe a Lagosta toda preta, mas quando essa pessoa foi embora não houve outro para tomar o seu lugar e ela teve que abandonar essa prática de conservação da Lagosta inteira que, segundo ela, é mais vantajosa.

D. Elisa Gradhvol contou que onde existe a melhor tecnologia para a pesca da Lagosta é na Austrália, lá houve investimento em treinamento e tecnologia. Os barcos ficam menos tempo no mar porque eles já sabem onde estão localizadas as Lagostas, há assim menos gastos e maior aproveitamento do tempo e do produto. Outro fator que podemos destacar é que os barcos lagosteiros do Ceará são muito velhos, tem em média 15 anos e isso também prejudica o trabalho porque os barcos quebram com mais facilidade.

Até mesmo em países menos desenvolvidos que a Austrália os barcos são bem mais novos que os do Ceará e isso torna-se um gerador de competitividade positivo para eles e negativo para nós. Contudo, a Presidente do Sindicato de Frio e Pesca alega que por causa do endividamento do setor não há recursos para a renovação da frota e para ela, os juros dos financiamentos disponíveis atualmente não são favoráveis.

A Pesca predatória da Lagosta, segundo D.Elisa Gradhvol, é uma das maiores ameaças para o setor porque na pesca feita legalmente com manzuá, mesmo que venha

alguma lagosta miúda, ou seja, aquela que está fora dos padrões recomendados pelo IBAMA que é de 13 cm, ela chega ainda viva até à superfície e é imediatamente devolvida ao mar. Porém quando a pesca é feita em caçoeira que é a pesca ilegal (é feita assim por ser mais barata e demora menos), a lagosta miúda chega morta devido ao grande esforço e stress que ela passa. Sendo assim, seria de grande ajuda para o setor uma fiscalização mais efetiva do Ibama, não só na época do Defeso, como em todos os meses do ano. Na questão da pesca do Camarão que só pode ser feita em alto mar, também há muita falha na fiscalização, porque de acordo com D. Elisa, há muitos barcos estrangeiros invadindo o nosso espaço marítimo para pescar camarão e as autoridades nada fazem para coibir essa prática.

No tocante ao transporte da produção, havia navios frigoríficos de sete em sete dias atracando no Porto do Mucuripe, hoje em dia só existem navios atracando aqui no Ceará de 15 em 15 dias e muitas vezes já vem lotados sem nenhum espaço para mais containers, além da pouca regularidade, o preço dos containers também aumentou, segundo ela, o custo portuário aqui é muito alto e para os armadores vale muito mais a pena aportar em portos com custos mais baixos. Essa questão também pode vir a ser um fator limitador das exportações do setor de pesca no Ceará.

2.4. Setor de Calçados

O responsável pelas exportações da Grendene, senhor Gladimir Gardini, considera que há no Brasil boa abertura para a importação de equipamentos de tecnologia de ponta, tornando a indústria como um todo mais competitiva, porém ele acha que a política industrial do governo deveria concentrar-se na redução de alíquotas. Segundo ele, a principal ameaça para o setor em que ele atua é a cópia indiscriminada dos produtos por outros com uma qualidade inferior. Existem copiadores até mesmo no exterior, em países como China, Taiwan e Turquia, eles exportam produtos com preços mais competitivos, porque não tem custos com desenvolvimento do produto, marketing ou registro de marca.

A principal vantagem apontada por ele para os investimentos no Ceará é a abundância de mão-de-obra e a principal desvantagem é a falta de estrutura rodoviária e portuária. A frequência e opções de navio são muito reduzidas, os custos operacionais do

porto são muito elevados, assim como o dos vôos. As rodovias passam a maior parte do ano em péssimo estado elevando o tempo de carga na estrada, os riscos e o custo por consequência. Outro fator desfavorável à competitividade do setor em que ele atua é o preço do petróleo, matéria-prima principal dos produtos.

As linhas de crédito, na opinião dele, não são de fácil acesso, além disso os custos são muito elevados se comparados com linhas de crédito no exterior. No entanto com a economia mais estável pode-se planejar a médio e longo prazo principalmente a nível internacional

No que diz respeito aos fatores internos às empresas a tendência é melhorar porque tem havido investimento no parque fabril, as empresas tem desenvolvido boas coleções e o que é melhor usando marcas brasileiras. Apesar do Brasil ser reconhecido como grande exportador de calçados, as empresas não devem descuidar dos detalhes, para ele, a ampliação e/ou consolidação da participação do setor no mercado nacional e internacional depende de ter sempre bons produtos, estar atento às mudanças, passar por constante evolução e estar inovando a todo momento, além de investimentos em marketing, objetivando a consolidação da marca no mercado e buscando a satisfação do cliente.

SÍNTESE E PROPOSIÇÕES

Após a análise dos indicadores de desempenho dos cinco setores mais significativos na pauta de exportações cearense e da coleta de informações junto a representantes dos quatro principais produtos exportados pelo Estado do Ceará, podemos chegar a algumas conclusões. O Ceará tem procurado explorar as suas vantagens comparativas (voltadas para os setores em que existe maior abundância de fatores produtivos com a predominância de recursos naturais ou mão-de-obra) como os setores de castanha de caju e pescado, bem como as vantagens competitivas (decorrentes de capacitação tecnológica, fatores institucionais, infra-estrutura) nos setores têxtil e de calçados, com possibilidades de grande desenvolvimento do setor eletro-metal-mecânico.

Uma constatação que podemos fazer é que os produtos cearenses exportados que ainda encontram-se na fase inicial da cadeia produtiva, caracterizando-se assim pelo baixo valor agregado a esses produtos, carecem de um trabalho que possa inserir novas tecnologias que venham a ampliar a cadeia produtiva desses produtos, porém através de contatos mantidos com representantes desses setores, pode-se notar que há uma grande preocupação dos empresários com o investimento em tecnologia, o que sinaliza para uma melhoria do padrão tecnológico das nossas indústrias, fator determinante para uma melhor competitividade internacional. O setor de castanha já tem começado essa iniciativa, mas quanto ao setor de pesca ainda há muito o que fazer nesse sentido, mas se houver interesse, com alguns ajustes pode-se inserir tecnologias que venham a ampliar a sua cadeia produtiva.

Porém há setores em que a ampliação da cadeia produtiva não traz vantagens, como podemos notar na entrevista do Vice-Presidente do Sindicato da Indústria Têxtil, Paulo Roberto Otoch Baquit, ele fala que o algodão cearense não tem as mesmas condições de se desenvolver e adquirir produtividade e competitividade se comparado a outras regiões e dessa forma, para a indústria têxtil, é melhor comprar algodão de outros estados ou regiões produtoras, porque insistir em recuperar a cotonicultura, se o Ceará pode ter mais vantagens

produzindo outros tipos de produtos. Num mundo globalizado onde cada região procura explorar da melhor forma suas vantagens competitivas a fim de produzir produtos cada vez mais baratos e de melhor qualidade, o ideal seria dar incentivos para aquelas indústrias que tenham vantagens competitivas sem preocupação com a formação de cadeias.

O setor têxtil cearense, mesmo sem o desenvolvimento da cotonicultura vai muito bem, de acordo com dados do setor, o Ceará representa 15% de toda a cadeia têxtil do país e tem crescido a uma taxa de aproximadamente 25% ao ano, além disso, 50% de toda a energia industrial do Ceará é consumida pelo setor e trabalhando em plena capacidade as empresas do setor têxtil são responsáveis pela geração de 20 mil empregos. Apesar disso, não só o setor Têxtil, mas também outros setores como a castanha e o de calçados precisam de uma maior divulgação dos seus produtos no mercado internacional a fim de ampliar as exportações.

A maioria dos produtos tem os Estados Unidos como seu grande importador, há uma necessidade de implementar campanhas de divulgação dos produtos cearenses, especialmente na Europa e Ásia, onde os países ainda compram pouco os produtos cearenses. Isso pode acontecer através de campanhas de marketing e/ou maior presença em feiras e missões internacionais. Essa presença sistemática no mercado internacional expõe o produto ou setor a uma clientela mais variada funcionando assim como “recall” para suas decisões estratégicas quanto a padrões de consumo. Mesmo que essa divulgação não se reflita em vendas de imediato, pode fazer o produto ir ficando mais conhecido e incentivar uma maior competitividade, até mesmo em setores que ainda não tem grande expressão na pauta de exportações do Ceará.

A exportação do setor de calçados cresceu no Estado do Ceará após a vinda de grandes indústrias com a política de atração baseada nos incentivos fiscais, mas será que podemos sustentar essa estratégia para sempre?, surge então a necessidade de se buscar alternativas para que a política regional de desenvolvimento econômico tenha como base vantagens reais, porque na fase inicial a atração é válida, no entanto o foco seguinte e mais importante, é o aproveitamento das potencialidades regionais, porque não basta só atrair as indústrias, é preciso que haja continuidade do processo e o investimento na qualidade e produtividade dos produtos para concorrer no mercado internacional.

No caso do setor de calçados, especificamente, o ideal seria o investimento também na melhoria de qualidade dos produtos, através do investimento em tecnologia e na capacitação de mão-de-obra das pequenas e médias indústrias que ainda não tem cultura exportadora como as grandes, mas que podem vender seus produtos no mercado internacional, da mesma forma que as grandes e ainda por cima geram mais empregos. Essa aquisição de equipamentos por parte das pequenas empresas teria que ser facilitada através de uma linha de crédito específica para o setor com juros mais baixos que o de mercado. O investimento em tecnologia com a aquisição de máquinas e equipamentos e em treinamento não é somente importante para manter ou alavancar um setor como o de calçados ou o setor têxtil, até mesmo o setor de castanha de caju que sempre esteve em primeiro lugar na pauta de exportações do Estado teve que se adaptar a essa nova realidade, afinal de acordo com a nova realidade do comércio internacional o concorrente de qualquer setor agora pode estar em qualquer lugar do mundo e é aí que entra a necessidade de implementar estratégias cada vez mais eficazes para a manutenção ou incremento da competitividade.

O Mercado, agora globalizado, torna-se cada vez mais dinâmico e os consumidores com elevado grau de exigência forçam as empresas a investir sempre na renovação dos equipamentos e métodos de produção, coisa que as empresas cearenses, assim como outras no Brasil, não estavam acostumadas e ainda estão num processo de adaptação pra poder competir.

O dinamismo desse novo mercado fez com que aumentassem as importações de bens de produção a fim de modernizar o Parque Industrial e também o investimento na modernização dos processos e em tecnologia para afastar as empresas cearenses do abismo tecnológico que as separa de outras empresas brasileiras e internacionais.

A reestruturação das empresas no sentido de aumentar o investimento em tecnologia para se adaptar a nova realidade da competitividade internacional também provocou, especialmente naqueles setores intensivos em capital, o enxugamento da estrutura para concentrar todo o investimento na melhoria da qualidade dos seus produtos e isso gerou muito desemprego no setor industrial. Nos setores de menor intensidade de capital, a solução encontrada por conta do aumento de gastos em P&D e formação de mão-de-obra, tem sido a cooperação entre grupos empresariais, pois através do compartilhamento, as empresas tem mais condições de competitividade que isoladamente não tem acesso.

Esse é o caso de pequenas e médias empresas que buscam a geração de economias de aglomeração por meio da constituição de pólos regionais de produção, muitas vezes com o apoio do Estado. No Ceará isso tem acontecido com vários setores dando origem aos pólos de confecções e o calçadista, essa tendência tem se verificado também na agroindústria com a cooperação entre cajucultores que formaram parcerias no sentido de melhor negociação com fornecedores, clientes e entidades tecnológicas.

Outro fator estrutural de estímulo à competitividade é o ambiente inter empresarial que pode ser fortalecido dependendo do regime de incentivos e regulação a que estão sujeitos. **“...os incentivos visam aumentar a capacidade de resposta das empresas diante dos desafios impostos pela economia e as regulações buscam condicionar as suas condutas em direções socialmente desejáveis.”** (FERRAZ, 1996, 23)

É importante saber também os impactos que prescrições legais, incentivos fiscais e financeiros, políticas comerciais e o papel do Estado podem ter nos setores de maior destaque e/ou potencial da pauta de exportações cearenses, especialmente para aqueles que ainda estão em processo de desenvolvimento do seu potencial e que se receberem os incentivos corretos, como por exemplo; vantagens fiscais, incentivos à exportação podem obter o destaque esperado, sendo necessários para estes setores regimes de incentivo e regulação da concorrência especiais destinados ao fomento da competitividade, seja no incremento da capacidade de concorrência, investimento em P&D etc.

Os fatores sistêmicos exercem grande influência na competitividade, especialmente por constituírem externalidades às empresas, estando fora do seu poder de decisão. A capacidade das empresas adaptarem-se ao ambiente macroeconômico que as cercam é que vai influenciar no maior ou menor grau de competitividade dos seus produtos. Os determinantes macroeconômicos são geralmente arbitrados a nível nacional e dizem respeito à política cambial, à estabilidade macroeconômica interna (política fiscal, monetária e de rendas) que influenciam na inflação e no crescimento do produto interno e por último referem-se à natureza do sistema de crédito que rege a economia.

De acordo com o que foi observado neste trabalho de pesquisa, enquanto o câmbio esteve sobrevalorizado, as exportações foram diminuindo e as importações foram aumentando, prejudicando muitos setores não somente no Ceará, como em todo o país Desde

a desvalorização do Real frente ao dólar, a indústria cearense, assim como outras no Brasil, vem acompanhando o processo de reaquecimento puxado pela redução das importações e aumento das exportações, porém o sistema de crédito no Brasil para o setor produtivo ainda deixa muito a desejar porque os juros praticados pelo sistema financeiro ainda estão muito altos para uma realidade de inflação baixa. Devido a grande necessidade que o Ceará, como outros estados do nordeste, tem em aumentar a qualidade e o valor agregado de seus produtos através do investimento em tecnologia, a disponibilidade de financiamento para projetos que tenham este perfil é de grande importância para a competitividade dos produtos cearenses. O controle das taxas de inflação também é importante para que as empresas possam fazer planejamento para além do curto prazo e compatíveis com a realidade de estabilidade econômica dos países concorrentes, em especial os mais desenvolvidos.

Os determinantes político-institucionais da competitividade correspondem a políticas e práticas implementadas pelo Estado e que influem no desempenho dos produtos exportados, dentre essas estão, a política de comércio exterior e tarifária, a política tributária, o uso seletivo do poder de compra do governo e a política científica e tecnológica. Os efeitos desse aparato institucional podem influir positiva ou negativamente dependendo de como e quando elas acontecem, o que pode ser bom para um determinado produto hoje pode não ser mais depois, enquanto que outras medidas antes desnecessárias tornam-se relevantes num dado período.

As políticas de comércio exterior e tarifária são vitais quando falamos em desempenho de produtos exportados, pois alguns setores dependendo do nível da concorrência ainda precisam de certas regalias quanto a incentivos à exportação para que possam no futuro dar melhores respostas de competitividade. A política tributária também tem impacto, pois os países desenvolvidos, nossos concorrentes, tem custos com tributos bem mais favoráveis que os nossos, dando a eles maiores condições de redução do preço final dos seus produtos para a exportação, assim é muito comum a desoneração fiscal das exportações. Os empresários defendem a isenção de impostos para produtos exportados, dando assim maiores condições de competitividade

A política científica e tecnológica é essencial para que os setores da economia cearense tenham acesso a centros de pesquisa e aparato tecnológico que os coloque em igual ou superior condição de competitividade com a concorrência externa e até mesmo interna. O

Estado também pode usar o seu poder de compra incentivando atividades de maior conteúdo tecnológico, gerando assim uma demanda crescente por capacitação tecnológica. Dessa forma pequenas e médias empresas começam a perceber a importância do investimento em tecnologia e formação especializada da mão-de-obra como forma de aumentar seu potencial competitivo.

A importação de tecnologia para desenvolver alguns setores no Ceará tem sido incentivada e entre eles se destacam a biologia marinha, tecnologia de alimentos, fruticultura tropical, caprinos, ovinos, caju, psicultura, pesca, algodão e rochas ornamentais, mas há muito ainda que se investir para dar vantagens competitivas reais a esses produtos. O setor de caju, como vimos anteriormente, já está recebendo incentivos para a melhoria da qualidade e da produtividade, o algodão vem sendo objeto de várias pesquisas para acabar com a praga do bicudo e recuperar a cotonicultura do Estado, apesar das opiniões divergentes sobre a necessidade ou não de se investir tanto na cultura do algodão no Estado em detrimento de outros produtos mais rentáveis. O setor de pescado ainda precisa de muito investimento, pois a pesca é feita ainda de forma rudimentar, sem qualquer preocupação com a agregação de valor ao produto e melhoria das condições para o aumento da produtividade. Setores como o de rochas ornamentais até hoje buscam seu caminho, muito se tentou para formar um pólo graniteiro no Ceará e esbarrou-se exatamente na questão tecnológica.

Quanto à formação profissional, tem sido desenvolvido o Programa Estadual de Qualificação(PEQ) com recursos do FAT promovendo cursos especiais para os trabalhadores, mesmo assim ainda há muito o que se fazer especialmente nas áreas de graduação, mestrado e doutorado que são os níveis que disponibilizam mão-de-obra mais qualificada. No setor de Pescado, segundo a presidente do Sindicato D.Elisa Gradhvol, os engenheiros de pesca não saem qualificados para trabalhar e desenvolver pesquisas no mar, enquanto que no setor metal-mecânico e siderúrgico, ainda em recente implantação dessas empresas no Estado, foram até mesmo criados novos cursos nas universidades como, engenharia de produção, para atender a essa demanda.

Os determinantes sistêmicos que dizem respeito à infra-estrutura influenciam diretamente no dia-a-dia das empresas, especialmente no aumento dos custos do produto tendo reflexo no preço final, tornando os produtos menos competitivos, aqueles que tem maior influência referem-se à oferta de energia, transporte e telecomunicações. A oferta de

energia para a indústria local tem deixado muito a desejar, principalmente após a privatização da Companhia Energética do Ceará-Coelce, há muitas oscilações de energia e falta de energia por tempos prolongados, especialmente no interior do Estado e na região metropolitana de Fortaleza, onde se encontram as indústrias e isso tem causado muito prejuízo para as empresas. Existe a possibilidade de uma maior exploração de outros meios de geração de energia, **“...Dentre as alternativas possíveis, sem dúvida, a mais viável é a geração de energia térmica através da utilização de gás natural.”** (ROSA, 1999), além disso, existe também a alternativa da utilização da energia eólica porque os ventos no Ceará são muito favoráveis nesse sentido.

O acesso à rede de transportes para o escoamento da produção num tempo menor e a preços compatíveis também é essencial porque a infra-estrutura de transporte tem influência direta nos custos de exportação. A malha rodoviária do Ceará é mal conservada, com animais circulando e provocando acidentes, além da falta de estradas vicinais, o transporte ferroviário inexistente e o transporte portuário, mais utilizado para a exportação, tem encarecido muito os custos de exportação dos produtos cearenses. O Porto do Mucuripe ainda está se estruturando para oferecer melhores condições para os exportadores, além disso, o custo portuário é tão alto que segundo a presidente do Sindicato de Frio e Pesca, D. Elisa Gradhol, as companhias tem preferido ir para Portos onde o custo é menor e assim diminuíram as rotas para o Ceará, aportando aqui com menos frequência. O Porto do Pecém que foi construído e pensado para ser um porto mais eficiente, até hoje passa por dificuldades de implantação.

No tocante à rede de telecomunicações o importante é que ela ofereça serviços tão eficientes quanto aos oferecidos aos nossos parceiros comerciais, devido à proliferação de negócios via internet. Assim como energia e transportes, não é somente importante que os custos sejam baixos, mas que também recebam constantes investimentos na modernização dos serviços. As privatizações ocorridas nestes setores tinham o objetivo de garantir os investimentos necessários para o permanente incremento dos serviços ofertados, mas ainda estão em processo de estruturação. O que tem se observado é que uma boa alternativa é o compartilhamento de responsabilidades onde poder público e privado podem unir-se em busca de maior eficiência e ganhos de competitividade, essencialmente nos setores de energia e transportes, onde o nordeste e mais especificamente o Ceará é mais carente de investimento.

Os determinantes sociais também tem grande influência na competitividade das empresas. Os investimentos em educação e qualificação da mão-de-obra dão origem a uma gama de trabalhadores mais especializados aumentando assim não só a produtividade das empresas, mas também a renda e conseqüentemente o poder de consumo dessas pessoas. A natureza das relações de trabalho deve estimular a cooperação entre patrões e empregados, porque assim os trabalhadores se envolvem no trabalho ao saber que participam do processo produtivo, minimizando dessa forma greves e conflitos.

Os determinantes internacionais da competitividade estão ligados à **“forma de inserção internacional da economia local, tanto em sua dimensão produtiva quanto financeira”**. (FERRAZ, 1996, 31).

É de fundamental importância quando falamos em competitividade internacional. Na dimensão produtiva, as tendências dos fluxos internacionais de comércio e da diplomacia econômica condicionam o acesso das empresas locais aos mercados externos tanto na exportação de seus produtos quanto na hora de comprar insumos ou bens de capital. A participação em mercados onde os consumidores são mais exigentes e o investimento em bens de capital com o objetivo de aumentar a eficiência e a produtividade tem influência positiva na competitividade dos produtos cearenses como um todo.

No campo da diplomacia econômica precisamos avançar pois os organismos internacionais multilaterais, com a preocupação em defender os níveis de emprego, tem recorrido a barreiras não tarifárias como cotas, visando restringir a entrada de mercadorias, principalmente em setores que empregam grande contingente de mão-de-obra, como as indústrias têxteis e agroindustriais, prejudicando os países em desenvolvimento. No caso do Ceará, essas barreiras tem prejudicado setores como o têxtil e o calçadista que estão entre os cinco principais produtos exportados, apesar de como já observamos, alguns produtos não estavam atingindo nem mesmo a cota estabelecida, por conta da falta de competitividade dos preços dos produtos brasileiros antes da desvalorização, mas agora somente no primeiro semestre deste ano já foi atingida quase metade da cota no setor de camisas de malha, além disso o setor de confecções está se estruturando e montando consórcios de exportação para aumentar as condições de competitividade do setor que segundo o vice-presidente do Sindicato da Indústria Têxtil, Paulo Roberto Otoch Baquit, é um setor que promete bons resultados se forem feitos os investimentos corretos.

O Sr. Paulo Roberto também defende os acordos bi-nacionais como forma de aumentar as exportações, dessa forma o Mercosul tem aumentado sua participação nas exportações nordestinas e no Ceará, a Argentina já é o principal importador de tecidos. Outros acordos para a formação de blocos comerciais como o ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) que ainda está em processo de negociações para criar uma zona de livre comércio que abrangeria toda a América, só tendem a beneficiar os países em desenvolvimento e as regiões mais pobres por conta das dificuldades estruturais ainda encontradas nessas regiões, no entanto, algumas imposições dos países mais ricos, tem dificultado a formação e consolidação do novo bloco, como por exemplo a adoção de barreiras sanitárias.

O setor privado no Ceará já adquiriu uma maior visão da necessidade da consolidação de uma cultura exportadora no Estado, apesar de alguns ainda estarem mais preocupados em atender a demanda interna, além disso, os vínculos internacionais do Estado ainda são muito frágeis e precisam ser consolidados. Para facilitar ainda mais o acesso das empresas ao conhecimento técnico e à informação comercial a Federação das Indústrias do Estado do Ceará-FIEC criou o Centro Internacional de Negócios(CINTER) com o objetivo de auxiliar as empresas a conquistarem posições crescentes no mercado global, além do SEBRAE-CE que vem dando apoio técnico às pequenas e médias empresas no campo do comércio exterior.

Espero com este trabalho ter contribuído na busca de soluções para o enfrentamento dos problemas que ainda subsistem nos setores de maior potencial da pauta de exportações cearense, tentando dessa forma, encontrar caminhos para o melhor desenvolvimento da competitividade desses produtos e assim apontar diretrizes e estratégias para o fortalecimento desses setores no comércio internacional, porque acredito que somente assim pode-se impulsionar ainda mais o desenvolvimento sustentado no Estado do Ceará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.

FERRAZ, João Carlos *et alli*. **Made in Brazil**. Editora Campus, 1996.

NETTO, Delfim. **Direitos Iguais, Já**. Revista Capital, set., 1998.

ROSA, Antônio Lisboa Teles da *et alli*. **Avaliação da Competitividade Sistêmica da Indústria Nordestina**, Relatório de Pesquisa, 1999.